

MULHERES DA ROÇA QUE PRATICAM A AUTOSSUSTENTAÇÃO FAMILIAR: UMA PERSPECTIVA TEÓRICO ANALÍTICA

Rogério Nogueira de Mesquita¹
Maria das Graças Silva Nascimento Silva²

Resumo

Este trabalho investiga o tema da participação feminina no contemporâneo, trazendo como proposta examinar o protagonismo da mulher na unidade de produção familiar rural nos Projetos de Assentamentos Espinhara e Polo Antônio de Holanda no município de Bujari (AC). Para subsidiar o debate sobre a representação e organização do território, gênero e poder, elege-se como perspectiva teórico-metodológica a técnica de pesquisa bibliográfica e atividade de campo. Para tanto, procura-se responder basicamente a seguinte questão: Como são configuradas as relações de gênero e poder nas unidades de produção familiar rurais? Destarte, a hipótese da pesquisa é a de que a participação feminina realiza-se através do protagonismo, da busca de intercomunicação e da reconfiguração das redes de interação entre as representações e as organizações dos saberes, compreendendo, assim, as dinâmicas sociais envolvidas na geografia do empoderamento das mulheres. A pesquisa apresenta como resultados a compreensão do modo de vida das camponesas nestes PAs e as formas como estas contribuíram e continuam a contribuir para a produção e reprodução dos espaços daquele lugar. Identifica o fato de as mulheres serem sobrecarregadas de atividades em comparação aos homens, além da constatação de papéis sociais atribuídos ao gênero feminino.

Palavras-chave: Mulheres rurais; Autossustentação e Amazônia.

Introdução

No decorrer desse estudo, buscou-se, através da pesquisa bibliográfica e de relatos das mulheres durante o trabalho de campo que foi realizado nos Assentamentos Rurais Espinhara e o Pólo Antônio de Holanda no município de Bujari estado do Acre. Elucidar o protagonismo das mulheres rurais que praticam a autossustentação familiar. A visão que se propôs estudar essas mulheres parte de uma perspectiva analítica, olhar esse que permite enxergar o trabalho feminino sobre sua verdadeira ótica, e não como uma mera ajuda ao companheiro. A segunda etapa do trabalho se deu através do trabalho de campo realizada nos PAs anteriormente mencionados, objetivando conhecer de perto, a realidade dessas mulheres

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade federal de Rondônia – UNIR. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero- GEPGENERO. E-mail: rogerio_vitorioso@yahoo.com.br

² Professora Associada do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGENERO. E-mail: gracinhageo@hotmail.com

que ali vivem. Foi por meio dessa proximidade que pude acompanhar como se dava o modo de vida, a rotina diária, o sentimento de apego ao lugar e as relações de gênero e poder. Ainda foi possível verificar a ausência de iniciativas do poder público para com essas mulheres, bem como a ampla oferta de créditos rurais, para que possam produzir sua fonte de renda.

Graças a uma série de ações nos diferentes âmbitos que são realizadas no contemporâneo em prol das mulheres, não se pode negar que a presença desta no cenário geopolítico, geocultural e intercultural de hoje, sinaliza positivamente, para a reconfiguração de geografias simbólicas do imaginário, alicerçado na zona de interação entre vários atores sociais. Em meio a esse universo de discussões, cresce a participação feminina no cultivo da terra. Dados, referentes ao último Censo, realizado em 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que já são mais de 3,5 milhões de mulheres atuando diretamente no campo, quer na agricultura quer na pecuária.

Outrossim, a relevância acadêmica desse estudo reside no desenvolvimento de uma reflexão que visa à superação do pensamento binário que restringe o olhar dentro somente das fronteiras locais, esquecendo os traços globais. A contribuição desse trabalho, para os estudos geográficos e de gênero, se faz no sentido de propor um espaço aberto à leitura da participação da mulher no universo rural, bem como analisar a projeção de contextos geográficos importantes para o entendimento das relações entre território, gênero e poder.

ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Alguns autores apontam que a invenção do arado, que veio substituir a enxada primitiva utilizada pela mulher, abriu o caminho para incluir alguns elementos do sistema patriarcado, considerando-se ser este, o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens (Saffiot, 2004). Acredita-se que o arado por ser mais pesado e exigir uma força braçal maior para dá suporte direcionando os locais a serem arados, o trabalho masculino ganhou destaque.

Sem se ater, onde iniciou, ou onde acabará, convém resgatar que, por muito tempo, a mulher foi vista e tratada como alguém que deveria ter uma vida limitada aos afazeres domésticos, cuidando da casa, do esposo e dos filhos, também era vista como propriedade do marido, contexto esse que vem se modificando ao longo dos anos. Mais como é de

conhecimento geral, não foi assim de uma hora para a outra que a figura feminina passou a ganhar espaço na sociedade, foram longas e árduas lutas travadas contra a sociedade com um sistema de patriarcado, machista e arcaica.

Como escreveu Bauer, (2001, p.76), “façamos aqui uma breve retrospectiva teórica deste complexo processo histórico, tendo em conta que as ideias dominantes em cada época não são apenas as da classe dominante, como querem Marx e Engels, mas também as do sexo dominante”.

Para melhor compreender o contexto, vivenciado por milhares de mulheres de diferentes espaços do mundo, é pertinente lembrar que:

Na Grécia, a mulher ocupava posição equivalente à de escravo no sentido de que tão somente estes executam trabalhos manuais, extremamente desvalorizados pelo homem livre. Em Atenas, ser livre era, primeiramente, ser homem e não mulher, ser ateniense e não estrangeiro, ser livre e não escravo. A afirmação de Platão expressa bem essa realidade: “Se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos teria dado ao tear a propriedade de fiar sozinho”. (ALVES E PITANGUY, 2003, p. 11.)

Como se pode observar nos antecedentes, independentemente de escala cartográfica, ou localização no espaço geográfico, as mulheres sempre foram tratadas como inferiores aos homens e segundo estes seria dever das mulheres servi-los. Seja no ato de gerar, amamentar, criar os filhos, seja no papel estratégico a subsistência do homem, extraindo minerais, fiando ou praticando agricultura.

Convém lembrar que para tentar justificar as atrocidades praticadas contra as mulheres, estes recorriam a livros religiosos, onde afirmavam que os “Deuses”, haviam criado a mulher para as atividades domésticas. Em meio a tantos apontamentos e exploração, nem todos os povos sempre viram as mulheres como servas no território do poder. Na Gália e na Germânia, estas sociedades tribais, cujo regime comunitário, designava às mulheres um espaço de atuação semelhante ao dos homens. Conjuntamente faziam a guerra, participavam dos Conselhos Tribais etc. (ALVES E PITANGUY, 2003, p.15).

Conforta-nos a alma encontrar relatos históricos onde as mulheres viveram lado a lado com os homens, onde ambos desenvolviam as mesmas tarefas sem distinção de gênero. No entanto, de maneira geral, as desvantagens entre o homem e a mulher são notórias, variando de cultura para cultura:

O homem representa um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo vir o sentido geral da palavra homo. A mulher aparece como o negativo,

de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 2002, p.9)

No campo, essas mulheres sempre desempenharam papéis polivalentes, onde cuidam dos filhos, da casa, do marido dos cultivos dos pomares, das hortas, dos jardins, praticamente de tudo que está em volta da casa. E de modo mais intenso, também trabalham na lavoura, onde são vistas apenas como auxiliares dos homens.

De acordo com dados do IBGE 2010, a agricultura familiar brasileira é responsável por cerca de 38% do valor bruto da produção de alimentos do Brasil, porém Silva e Schneider (2010, p. 9) enfatizam que é pouco conhecida a parcela destas proporções no que se refere à contribuição das mulheres nas unidades familiares, visto que estas são responsáveis por grande parte desta produção, e não são valorizadas no setor produtivo. Entretanto, segundo Melo (2006, p.2), já se sabe que, em nível mundial, as agricultoras contribuem ativamente para produção dos alimentos básicos, sendo responsáveis por mais de 50% dos gêneros alimentícios produzidos.

No Brasil, segundo o último senso populacional do IBGE:

A população brasileira era de 190.755.799 pessoas. Na zona rural, foram contabilizadas 14.129.837 mulheres, o equivalente a 7,4% da população. Trata-se de um número pequeno, se comparado ao montante da população feminina que vive em áreas urbanas - 83.218.972 de pessoas, o que equivale a 43,6% da população. A pequena proporção de mulheres vivendo na zona rural, em relação ao todo populacional brasileiro, pode explicar a invisibilidade destas mulheres nas estatísticas oficiais. (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, 2015. p. 1).

Mesmo assim, pode-se afirmar categoricamente que não há elementos suficiente que justifique tal situação de invisibilidade. Elas continuam sendo mais de 14 milhões, que vivem em áreas afastadas e que vivenciam as mais diversas dificuldades, locais, onde o serviço público chega tardiamente, e quando chega, para que essas mulheres tenham acesso aos serviços básicos de saúde e às Políticas Públicas efetivas que as contemplem.

No estado do Acre, ainda segundo o IBGE (2010), existem cerca de 12.338 mulheres vivendo na área rural; enquanto no meio urbano esse valor é bem superior: 160.108 mulheres. Tais dados podem ser vistos como bastante expressivos quando trata-se do estado do Acre, com pouco mais de setecentos mil habitantes, ou pouco expressivos se forem observados e analisados em uma escala menor, o fato é que estes contribuem no auxílio das pesquisas para darem visibilidade a essas mulheres.

No município de Bujari, local este escolhido para ser dado enfoque no decorrer desse estudo, segundo os dados do IBGE (2010), há cerca de oito mil quatrocentos e setenta e um habitantes no total, destes, 3.902 são mulheres, vivendo na zona rural há 2086.

No decorrer da atividade de campo nos Projetos de Assentamentos Rurais, Espinhara e Pólo Antônio de Holanda, pode-se notar que a origem dessas mulheres advém de diferentes municípios do estado. Esse fator migratório se dá por diferentes aspectos associados às dinâmicas intrafamiliares. Alguns associados ao fator casamento, onde essas mulheres decidem migrar para diferentes municípios acompanhando seus companheiros, outros referentes as filhas acompanhando os pais em processos de posse de terra.

O fato é que, ao formarem seus núcleos familiares, essas mulheres passam a chefes de família, e são elas as responsáveis por gerir as atividades que são desempenhadas nas propriedades. Ao amanhecer, cuidam das crianças, alimentam os animais, cuidam da casa, do roçado e de outros afazeres. Aos finais de semana, o “lazer” é zelar ao redor de casa, lavar roupas, ir à reuniões de associações e posteriormente ir à igreja. Ou seja, as mulheres rurais têm muitas dificuldades de falar sobre o lazer, porque não as vivenciam na sua plenitude. O lazer para essa mulher está sempre associado a uma atividade que é de responsabilidade dela.

Para NASCIMENTO SILVA (2011, p. 142), “as mulheres rurais desenvolvem várias atividades no processo de produção de mercadorias para o comércio, mas elas não participam propriamente do processo de decisão sobre as vendas e os investimentos a serem realizados na propriedade rural.” Como pode-se perceber, as mulheres são vistas apenas como as que “colaboram” com o processo produtivo, no entanto, quando parte para o lado monetário, estas não são consultadas sobre o possível emprego do valor apurado com a venda da produção. Desta forma:

Por vezes o papel da mulher é secundarizado na sociedade e, por conseguinte na agricultura. Algumas mulheres tomam a decisão de lutar contra o atual modo de produção, no qual se afirma um modelo de sociedade que relega ao universo do campo a dependência, a monocultura, o empobrecimento. Estes elementos têm sido fatores de êxodo rural, em especial para os jovens e, dentre os jovens, as mulheres, que têm seu papel inferiorizado na unidade produtiva sendo estimuladas para a migração, pois a cidade ainda é vista como um lugar que comporta possibilidades de acesso a renda e autonomia e, ainda, propicia acesso aos estudos, ao lazer, a espaços de cultura, entre outros. (GUIMARÃES E MESQUITA, 2009, p.02).

Diante das diversas violências sofridas, as mulheres do campo decidem partir para o enfrentamento, onde tomam a iniciativa de lutar contra o modelo de convívio patriarcal, pautado na inferiorização e desvalorização de seu trabalho. Buscando ampliar as discussões concernentes à temática, esse trabalho adotou uma abordagem qualitativa, recorrendo à técnica de pesquisa bibliográfica e atividades de campo nos Projetos de Assentamentos Rurais, Espinhara e Pólo Antonio de Holanda no município de Bujari. O intuito do trabalho é fazer um levantamento de dados históricos e bibliográficos de autores da geografia associados à participação feminina no campo e autossustentação familiar em diferentes escalas, além de acompanhar de perto a rotina dessas mulheres.

RESULTADO OU DEBATE PRINCIPAL

Para iniciar a reflexão sobre os resultados e o debate da participação feminina, é importante trazer à tona o seguinte comentário:

A história de mulheres na constituição e trajetória dos assentamentos é marcada por muitos atos de discriminação naturalizada. Discriminação respaldada pelas visões patriarcais do projeto estatal, pelo atraso na extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, pela exclusão em programas de créditos/comercialização/investimentos. As mulheres têm sido ao longo de anos, na história de muitos assentamentos, presença ativa na intermediação com o poder local, na proposição de iniciativas de diversificação produtiva, no reforço de estratégias familiares que têm se apresentado nas relações de aproximação e de conflito que permeiam a constituição deste novo modo de vida. (FERRANTE *et al*, 2013, p. 195).

A atuação efetiva das mulheres, no campo, tem contribuído para a expansão dos territórios da compreensão do papel delas na reconfiguração das relações de gênero e poder no âmbito das epistemologias do saber contemporâneo. Dessa forma, é de fundamental importância analisar a participação feminina no universo da produção rural.

Não sem propósito, a mulher trabalhadora rural sempre esteve presente nas mais variadas atividades exercidas no dia-a-dia da vida no campo, com o intuito de garantir uma renda, bem estar e segurança para si e para a sua família. Mesmo assim, o seu trabalho foi sempre visto como uma “ajuda”, ou seja, sem valor monetário, já o trabalho é remunerado.



Figura 1 – camponesa no PA Antonio de Holanda em seu viveiro de Plantas domésticas (SILVA, 2017).



Figura 2 – camponesa do PA Antonio de Holanda colhendo ingá em seu quintal (TORRES, 2017).

Segundo Pacheco (1996, p. 1), “o trabalho produtivo realizado pelas mulheres no âmbito da agricultura familiar é grandemente subestimado pelas fontes estatísticas oficiais, pois parte-se da premissa de que a mulher ocupa o espaço da casa e que sua ocupação principal é, portanto, a atividade doméstica”. Os programas governamentais e jornais, quando dão destaque a um segmento da produção agrícola no campo, quase sempre atribuem tal feito ao trabalho masculino que plantou, cultivou e está ali no processo de colheita.

É obvio que os homens possuem grande contribuição nesse processo, mas as mulheres também contribuíram. No entanto, dever-se-ia buscar fazer uma abordagem mostrando a relevância do trabalho de ambos os gêneros, sem favorecer mais um lado e colocar o outro como apenas complementar.

Por muitos anos, essa mulher dedicou-se fundamentalmente as atividades domésticas e a cuidar dos filhos, no entanto, nas últimas décadas, em razão das políticas de equidade de gênero, onde busca-se reduzir as significativas diferenças de ganhos salariais entre ambos os gêneros, assim como também a ocupação de cargos dos mais variados possíveis, estas vem aos poucos conquistando o seu espaço e conseqüentemente, tendo mais visibilidade perante a sociedade.

Atualmente, em razão dos diversos debates que vem sendo realizadas nos diferentes âmbitos, em Instituições como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), associado a outras Instituições, passa de alguma forma a reconhecer a importante contribuição das

mulheres do campo, para a expansão da produção de alimentos saudáveis, para a garantia e soberania alimentar e para o desenvolvimento rural autossustentável no país. Desta forma, busca -se implementar algumas políticas públicas que visam incentivar a participação feminina na autossustentação.

São exemplos de tais políticas: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), Gestão e Participação Territorial, Reforma Agrária com Igualdade, Inclusão Produtiva na Reforma Agrária (fomento mulher) e Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR). Essas são algumas ações idealizadas pelo poder público para buscar reduzir a latente desigualdade de gênero no campo.

Contudo, essas políticas públicas são insuficientes, elas precisam ser ampliadas nas diversas escalas, de modo que todas as mulheres do campo tenham acesso a tais benefícios, algo que não vem acontecendo. São exemplos muito significativos de ações bastante plausíveis, mas que precisam ser discutidas, ampliadas e fortalecidas, para que a mulher camponesa venha ter assegurada todas as condições necessárias para a prática de sua autossustentação familiar.

Nos projetos de assentamentos visitados, foi possível notar que o modo de vida das camponesas contribuiu e continua a contribuir para a produção e reprodução dos espaços daquele lugar. É notória a participação dessas mulheres desde o processo de povoamento, até os dias atuais. Dona Antônia Lima, moradora do PA Espinhara, lembra que, no processo de povoamento da área onde mora, no final de cada mês, tinha que caminhar 37 km t pelo menos uma vez a cada mês, juntamente com seus dois filhos pequenos e suas netas, para ir até a zona urbana de Bujari, em busca de mantimentos:

“Eu, meus dois filhos pequenos e minhas duas netas, andamos muito por dento dessa mata, tendo que sair de casa de madrugada, quando era o dia de ir pra cidade, porque era o período em que o sol ainda não tava de fora e era melhor pra andar com as criança. Quando era o dia de voltar pra colonha era a merma coisa, só que com mais peso, eu carregava era de cinquenta quilo de mercadoria na estopa para comer com meus filhos, as vez o rio estava alagado e eu tinha que atravessar a nado, correndo o risco de ser carregado pela água ou ser comida por um bicho.” Depoimento Dona Antônia Lima (julho de 2017).

Ao visitar e conversar com algumas das moradoras desses PAs, não se identifica que estas participam das mesmas atividades que os homens, pois os serviços que têm que executar consolida-se um número bem maior de tarefas. Ao amanecer, fazem o café da manhã que,

geralmente, trata-se de comidas, como se fosse um almoço ou jantar, alimentam as crianças, tiram o leite das vacas, alimentam os animais domésticos e ainda trabalham com os companheiros na roça, trabalho esse que é visto como um “ajuda”.

Deste modo, ainda é muito comum a identificação de papéis sociais atribuídos ao gênero feminino. Por exemplo, o irmão não lava roupa, limpa a casa, faz comida ou cuida dos irmãos menores, porque “não é papel de homem”. Em muitos casos, observou-se que as mulheres aceitam de maneira pacífica, pois se trata de algo que, para elas, é transmitido de geração para geração, no entanto, não há estranhamento em sua visão.



Figura 3 – camponesa do PA fazendo farinha (SILVA, 2017).



Figura 4 – Jardim da casa de camponesa do PA Antônio de Holanda (TORRES, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença feminina é uma constante nos diversos setores da economia e, no campo, essa presença consolida-se como um ato necessário e muito relevante para que os trabalhos do campo funcionem de modo produtivo e ordenado. Não é de hoje que as mulheres batalham para conseguir a autossustentação familiar nas zonas rurais dos diversos lugares do Brasil e do mundo.

Enquanto são vistas apenas como auxiliares dos homens no processo de cultivo da terra e da autossustentação familiar, estas executam as tarefas primárias mais rentáveis e consolidam-se como verdadeiros pilares, indo além de plantar, cultivar e colher os grãos do roçado. Enquanto plantam e esperam a plantação crescer para que chegue ao ponto ideal de cultivo, estas dedicam-se a outras atividades campestres, bem como, na confecção, plantio e cultivo de hortas, criação de animais como galinhas, patos, capotes, gansos, peru, porcos e entre outros animais, que também servem de renda para contribuir na feira e o no orçamento para fechar as contas no final do mês.

A mulher trabalhadora rural possui características ímpares. São mulheres polivalentes, dispostas a executar qualquer trabalho que o campo exija, são estas que selecionam as melhores sementes para o plantio na horta, e ainda, por cultivar espécies originais de plantas e sementes que, nos dias atuais, encontram-se em processo de extinção em razão das modificações genéticas idealizadas pelo próprio homem. Essas mulheres são responsáveis por ajudar na oferta de produtos orgânicos vendidos nas feiras locais por preços bem mais acessíveis do que os oferecidos nos grandes supermercados.

São mulheres, marisqueiras, agricultoras, vaqueiras, hortaleiras, ribeirinhas, arrendatárias, boias-frias, parceiras, extrativistas, farinheiras, diaristas, assentadas, sem terras, mulheres indígenas, negras e caboclas, mães, esposas, donas de casa, mulheres que estão sempre na luta.

A proposta de trabalho fundamenta-se, portanto, no entendimento de que é necessário a ampliação do debate sobre as mulheres camponesas e a sua auto sustentação familiar. Desta forma, espera-se que as questões tratadas aqui tragam contribuições para o aprofundamento, ampliação e análise da participação da mulher nos Projetos de Assentamentos Rurais Espinhara e Polo Antônio de Holanda.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A; NORONHA, C. R *et al.* (Apud PACHECO , 1996, p. 1). **A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas.**
- ALVES, B. M; PITANGUY, J. **O que é feminismo.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BAUER, C. **Breve história da mulher no mundo ocidental.** São Paulo: Xamã, 2001.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- FERRANTE, V. L. S; DUVAL, H. C; BERGAMASCO, S. M. P. P; BOLFE, A. P. F. Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, D. P; MEDEIROS, L.S. Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói, 2013.
- GUIMARÃES, R. R; MESQUITA, H. A. **Feira camponesa: instrumento de luta e resistência das mulheres camponesas em catalão – GO.**
- NASCIMENTO SILVA, M. G. **Geografia e Gênero em Assentamentos Rurais: espaços de poder.** In: SILVA, J. M; SILVA, A. C. P. Espaço Gênero e Poder: conectando fronteiras. Ponta Grossa, Toda Palavra, 2011.



GEOGRAFIA DAS REDES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

resistência e rebeldia desde baixo nos territórios de vida

CURITIBA, 1 A 5 DE NOVEMBRO DE 2017

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM. Ministério da Justiça e Cidadania.
Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/dados>.
Acesso: 29/09/2017.